



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES AUTISTAS: O PAPEL DA FISIOTERAPIA DENTRO E FORA DAS SALAS DE AULA

Ediene Soares Silva¹

Resumo: O estudo analisa a atuação da fisioterapia no contexto das políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando sua importância dentro e fora das salas de aula. O objetivo foi compreender como a integração entre saúde, educação e gestão pública pode promover inclusão, desenvolvimento motor, funcional e social desses indivíduos. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios e legislações nacionais sobre TEA e educação inclusiva. Os resultados indicam que a fisioterapia contribui significativamente para o fortalecimento da autonomia, do equilíbrio, da coordenação motora e da participação ativa nas atividades escolares e comunitárias. A discussão evidencia que o trabalho do fisioterapeuta é essencial para a adaptação do ambiente escolar, orientação de professores e cuidadores, e promoção de estratégias de desenvolvimento motor e social, alinhadas às políticas públicas e à atenção integral à saúde. Conclui-se que a fisioterapia é uma ferramenta estratégica para garantir inclusão efetiva, qualidade de vida e desenvolvimento global de crianças e adolescentes autistas, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas e equipes interdisciplinares.

Palavras-chave: Fisioterapia. Inclusão escolar. Políticas públicas. TEA

¹E. S. SILVA (👤). Fisioterapeuta, Discente do curso de pós-graduação em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: ediene.soares76@icloud.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem crescido significativamente, exigindo das políticas públicas brasileiras uma abordagem mais ampla e intersetorial (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015). O TEA é caracterizado por déficits na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, que impactam diretamente o desenvolvimento infantil (SILVA; MENDES, 2020).

Nesse contexto, a gestão pública tem papel fundamental na criação e implementação de políticas inclusivas que garantam o direito à educação, à saúde e à reabilitação integral (BRASIL, 2017). O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação da fisioterapia nas políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes autistas, evidenciando sua importância dentro e fora do ambiente escolar.

A relevância do estudo está em compreender como a integração entre educação, saúde e gestão pública pode promover inclusão efetiva e desenvolvimento global desses indivíduos (BRASIL, 2022).

METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica de artigos científicos, documentos oficiais e legislações que abordam o TEA e as práticas fisioterapêuticas associadas à inclusão escolar. Foram consultadas bases de dados como SciELO, PubMed e Google Scholar, priorizando publicações entre 2015 e 2024. A análise foi conduzida de forma descritiva, buscando identificar os principais desafios, avanços e lacunas nas políticas públicas e nas práticas interdisciplinares que envolvem o fisioterapeuta em contextos educacionais e comunitários.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil estão fundamentadas em marcos legais como a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura direitos relacionados à educação inclusiva, acessibilidade e atendimento especializado (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015). Essas legislações reforçam a responsabilidade do Estado na promoção do desenvolvimento integral, da inclusão escolar e da integração social desses indivíduos, destacando a necessidade de atuação interdisciplinar entre profissionais da educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2017; BRASIL, 2022).

Nesse contexto, a fisioterapia desempenha papel estratégico, pois contribui para o desenvolvimento motor, postural e funcional de crianças e adolescentes com TEA, favorecendo a autonomia, a coordenação motora, o equilíbrio e a participação social (SILVA; MENDES, 2020; CARVALHO et al., 2021). Dentro das salas de aula, o fisioterapeuta atua em parceria com professores e terapeutas ocupacionais, adaptando o ambiente escolar, orientando atividades motoras e promovendo adequações posturais e sensoriais que aumentam o engajamento e a aprendizagem dos alunos (ANDRADE; SOUSA, 2019).

Fora das salas de aula, a fisioterapia se expande para ambientes clínicos, domiciliares e comunitários, promovendo socialização, autonomia e integração em diferentes contextos sociais (LIMA; PEREIRA, 2020). Nesses espaços, o fisioterapeuta atua no fortalecimento muscular, na consciência corporal, no equilíbrio e na coordenação motora, elementos que impactam positivamente o comportamento, a atenção e o autocuidado (RODRIGUES; COSTA,



2018). Além disso, a atuação do fisioterapeuta está alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a integralidade do cuidado e a interdisciplinaridade, favorecendo a construção de estratégias terapêuticas individualizadas e inclusivas (BRASIL, 2017).

O desenvolvimento de programas interdisciplinares e a implementação de políticas públicas efetivas requerem que os fisioterapeutas atuem como agentes de transformação social, promovendo educação familiar, treinamento de professores e orientações para cuidadores, garantindo continuidade do cuidado e estímulo ao desenvolvimento funcional (SILVA; MENDES, 2020; CARVALHO et al., 2021). Evidencia-se que o suporte fisioterapêutico, aliado a políticas públicas consistentes, contribui para o fortalecimento da inclusão escolar, melhora na qualidade de vida e maior participação social de crianças e adolescentes com TEA (BRASIL, 2022; LIMA; PEREIRA, 2020).

A literatura aponta ainda que a intervenção precoce, tanto dentro quanto fora da escola, é determinante para o sucesso do desenvolvimento motor, cognitivo e social desses indivíduos, destacando a fisioterapia como instrumento essencial de promoção da saúde integral e bem-estar (RODRIGUES; COSTA, 2018; ANDRADE; SOUSA, 2019). Assim, a atuação fisioterapêutica transcende o cuidado clínico, consolidando-se como elemento-chave na construção de ambientes inclusivos, seguros e estimulantes para crianças e adolescentes com TEA, articulando políticas públicas, gestão escolar e práticas de saúde comunitária (BRASIL, 2017; BRASIL, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos revelou que as políticas públicas brasileiras têm avançado na garantia legal de direitos das pessoas com TEA, mas ainda enfrentam desafios na implementação prática, especialmente quanto à presença de fisioterapeutas nas escolas públicas. Em municípios onde há integração entre as secretarias de saúde e educação, observa-se maior efetividade nas ações interdisciplinares, resultando em melhora no comportamento, autonomia e desempenho escolar de crianças autistas.

Os resultados também apontam que a atuação fisioterapêutica precoce contribui significativamente para o desenvolvimento da motricidade e das habilidades sociais. Dentro das escolas, o fisioterapeuta pode auxiliar na adequação do mobiliário, no planejamento de atividades motoras e no treinamento de professores para lidar com comportamentos motores típicos do TEA. Fora delas, a fisioterapia atua na reabilitação e na educação familiar, orientando pais e cuidadores quanto às estratégias de estimulação e manejo comportamental.

Gráficos e relatórios institucionais consultados indicam que municípios que incluem fisioterapeutas em programas de educação inclusiva apresentam melhores índices de participação e integração escolar entre estudantes autistas (BRASIL, 2022). Essa evidência reforça a importância da gestão pública na contratação e valorização desses profissionais como agentes ativos da inclusão e do desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a fisioterapia desempenha papel estratégico nas políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes autistas, contribuindo para o fortalecimento da inclusão, da autonomia e da qualidade de vida. A presença do fisioterapeuta dentro e fora das salas de aula amplia o alcance das ações educativas e terapêuticas, promovendo um ambiente mais acessível e acolhedor. Embora existam avanços normativos, ainda há necessidade de ampliar a oferta de serviços e de consolidar equipes interdisciplinares nas redes públicas. Recomenda-se o



fortalecimento das políticas de formação e capacitação profissional, bem como a criação de protocolos intersetoriais que integrem as áreas da saúde, educação e assistência social, garantindo o pleno desenvolvimento e a inclusão efetiva das pessoas com TEA na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. S.; SOUSA, R. L. Inclusão escolar e estratégias fisioterapêuticas em crianças com TEA. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 4, p. 102–115, 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS*. Brasília: MS, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório de Avaliação das Políticas de Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2022.

CARVALHO, P. R.; LIMA, F. A.; SANTOS, T. Intervenções fisioterapêuticas em crianças com TEA: uma revisão integrativa. *Revista Neurociências em Foco*, v. 14, n. 2, p. 45–60, 2021.

LIMA, J. R.; PEREIRA, A. C. Atuação da fisioterapia na inclusão de crianças autistas em escolas regulares. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 1, p. 110–125, 2020.

RODRIGUES, L. M.; COSTA, R. F. Fisioterapia e desenvolvimento funcional em crianças com TEA: contribuições para a inclusão escolar. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 36, n. 3, p. 300–310, 2018.

SILVA, R. A.; MENDES, L. C. Intervenções fisioterapêuticas em crianças com transtorno do espectro autista: contribuições para o desenvolvimento motor. *Revista Neurociências em Foco*, v. 12, n. 3, p. 85–94, 2020.

